

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 44.327 - CE  
(2013/0383868-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO  
ESTADO DO CEARÁ  
**ADVOGADOS** : MARCUS VINICIUS ALBUQUERQUE ALCANFOR E  
OUTRO(S) - CE014484  
RUBENS EMIDIO COSTA KRISCHKE JUNIOR - RJ149172  
**RECORRIDO** : ESTADO DO CEARÁ  
**PROCURADOR** : FILIPE SILVEIRA AGUIAR E OUTRO(S) - CE017899

**DECISÃO**

Na petição de fl. 257, a parte ora recorrente sustenta a superveniente perda do objeto da impetração, tendo em vista que (fl. 257):

*[...] o objeto tratado na citada ação impugnava a Resolução 22/2009, que organizava os órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Ceará, todavia, após muitos debates internos, a mencionada Resolução 22 (ato impugnado) foi substituída pela Resolução 91/2013 que ora anexamos.*

A parte recorrida adota semelhante conclusão, pois (fl. 390):

*[...] as mencionadas resoluções tratam, de fato, dos órgãos de atuação da Defensoria Pública Geral do Estado além de outras providências, de modo que a resolução posterior, qual seja a de n.º 91/2013, de forma mais abrangente, trata das mesmas matérias mencionadas na resolução de n.º 22/2009, acarretando a perda do objeto da demanda que, por sua vez, já tivera denegada a segurança, em virtude de sua patente inviabilidade.*

De fato, uma vez que houve a revogação do ato tido por coator, e, ainda, que não há notícias de que tenha remanescido algum de seus efeitos jurídicos, resta evidenciada a perda do objeto da impetração.

**ANTE O EXPOSTO, extingo** o mandado de segurança, sem a resolução do mérito. Resto **prejudicado** o recurso ordinário em mandado de segurança.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator